

Mediatização da Memória^a

The Mediatization of Memory

SAMUEL MATEUS^b

Universidade da Madeira, Labcom. Funchal – Portugal

RESUMO

Em tempos de intensa mediatização, aparece o problema da potencial desfragmentação da memória perante um espaço virtual aberto e infinito. Compreender o papel da memória nas sociedades contemporâneas implica contemplar sua expansão mediatizada, responsável pela profusão e aceleração da produção de traços memoriais pelas sociedades. Este artigo apresenta as principais correntes de pensamento dos estudos da memória e traça as atuais implicações políticas e sociais da memória. Além disso, analisa o papel dos media sobre a noção de memória, nomeadamente, o paradoxo da memória digital, o encurtamento e a poluição da memória provocada pelos media digitais, e a internet como uma espécie de memória palimpséstica da atualidade.

Palavras-chave: Memória coletiva, memorialização, Halbwachs, media, internet

^a *MATRIZES* optou por adaptar o texto à nova ortografia da Língua Portuguesa, mantendo, porém, as características do Português europeu.

^b Doutor em Ciências da Comunicação. Professor na Universidade da Madeira. Investigador no Labcom. Autor de *Discurso Mediático* (Livros Labcom, 2021). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1034-6449>. E-mail: samuelmateus@uma.pt

ABSTRACT

In times of intense mediatization, we face the problem of the potential defragmentation of memory in the face of an open and infinite virtual space. Understanding the role of memory in contemporary societies implies contemplating its mediatized expansion, responsible for the profusion and acceleration with which societies produce memorial traces. This paper presents the main schools of thought in memory studies and traces the current political and social implications of memory. Also, it analyzes the role of media on the very notion of memory, namely, the paradox of digital memory, the shortening and pollution of memory caused by digital media, and the Internet as a kind of palimpsestic memory of the present time.

Keywords: Collective memory, memorialization, Halbwachs, media, internet

A CIBERCULTURA É O conjunto de técnicas, práticas, modos de pensamento, atitudes e valores instituídos com a emergência do ciberespaço (Lévy, 1999), entendido como um dispositivo de comunicação interativo e comunitário que surge a partir das tecnologias de informação. Ela remonta à década de 1950, resultando da intersecção da cibernética e da informática (Lemos, 2002), e coincide com a expansão das redes telemáticas à escala global, sendo, por isso, instrumento privilegiado para o desenvolvimento de uma inteligência coletiva (Lévy, 2000).

Entendida como uma rede, a cibercultura designa as novas possibilidades de criação, armazenamento, disseminação e partilha de informação e conhecimento com base na interconexão de computadores e assinala um novo momento na organização mediatizada das sociedades. A ideia de “rede” aponta a abertura, flexibilidade e interdependência contidas na própria cibercultura a que a infraestrutura de comunicação digital – o ciberespaço – dá origem.

Nessa medida, o ciberespaço e os media digitais, em especial, podem ser vistos como uma verdadeira tecnologia da memória, em que potencialmente todos os registos da humanidade se encontram em vias de ser digitalizados e disponibilizados online. Trata-se de uma memória humana exteriorizada e objetivada que é, pois, uma memória técnica (Stiegler, 2009, p. 11).

É como se todas as bibliotecas (registros, centros de documentação, vídeos, comentários, partilhas, jornais, documentos etc.) convergissem para o ciberespaço, tornando a internet uma biblioteca gigantesca que recolhe todos os vestígios da atividade humana. Há, assim, uma reformulação das relações entre o homem e a memória na qual aparentemente se conflituam uma memória fraca (que, por ser difusa e superficial, desorganiza o sentido) e uma memória forte (massiva, coerente e compacta que organiza o sentido) (Candau, 2011, p. 44).

Ora, o problema que se coloca é o da potencial desfragmentação da memória no tempo de uma forte mediatização, especialmente perante as mnemotecnologias (imprensa, televisão, medias digitais), incluindo a internet como potencial espaço virtual aberto e infinito.

A mera existência de infraestruturas de transmissão de memória não promove necessariamente os laços sociais. A partilha e a interconexão de memórias através dos media – uma memória artificial e menos orgânica – pode não levar aos mesmos sentidos partilhados (Candau, 2011, p. 115) capazes de funcionar como cimento agregador da sociedade.

Compreender, por isso, o papel da memória nas sociedades contemporâneas leva-nos a contemplar a sua expansão mediatizada, responsável pela profusão e aceleração com que as sociedades produzem traços memoriais

(desde a patrimonialização, passando pelos monumentos e às comemorações até à dimensão mnemónica da internet).

A MEMÓRIA ENQUANTO FATOR IDENTITÁRIO

Para Schopenhauer, tal como é impossível conceber um indivíduo sem passado, é impossível conceber um povo sem história. Uma sociedade desprovida de conhecimentos históricos – se quisermos, de uma memória partilhada – é incapaz de refletir sobre o presente e de tirar ilações para o futuro. O cânone ocidental perspetiva a memória como uma capacidade pessoal, individual e única, e este carácter singular e irrepitível distinguiria os indivíduos entre si. O sentido de identidade moderna está, assim, ligado às memórias que os indivíduos possuem (Giddens, 2002). Esta suposição encontra-se, hoje, posta em causa pela própria literatura de ficção científica.

Por exemplo, o cyberpunk – subgénero de ficção científica que trabalha questões relativas à inteligência artificial e à cibernética – questiona a noção de que as identidades sejam definidas pelas memórias pessoais. Um número muito significativo de obras descreve a implantação de memórias no cérebro humano (Cavallaro, 2002, p. 205). O conto de “We Can Remember it for You Wholesale”, de Philip K. Dick, ou os filmes *Blade Runner*, de Ridley Scott, *Total Recall*, de Paul Verhoeven, ou *Johnny Mnemonic*, de Robert Longo, retratam mundos onde as memórias podem ser simuladas, revistas e artificialmente criadas. O romance *The Artificial Kid*, de Bruce Sterling, fala de uma personagem cujas memórias não foram experienciadas, mas sim transferidas e descarregadas. Além disso, o cyberpunk insistentemente sublinha o quanto as memórias humanas são vulneráveis a contaminações e distorções. Nos seus vários livros, William Gibson questiona a possibilidade de as memórias serem intocáveis e irrepitíveis. Afinal, elas não são dotadas da experiência vivida, mas antes conjuntos de dados manipulados para simular a experiência vivida.

Em todas essas histórias, a ficção interroga a natureza da memória – individual e coletiva –, contrariando a suposição de uma estável e inabalável correlação entre memória e identidade pessoal. Em muitos sentidos, o cyberpunk ilustra algumas das alterações que a cibercultura, os computadores e a internet impuseram à questão da memória, deixando-nos intrigantes interpelações. Por exemplo, no mundo da reprodução técnica generalizada, qual o lugar reservado à autenticidade? Até que ponto podemos acreditar e verificar essas memórias? Como conceber o exercício de rememoração quando as memórias se externalizam diante do indivíduo?

Todas estas perguntas acentuam a importância de refletir acerca da memória e adquirem renovado interesse com a emergência da cibercultura e o papel incontornável dos media na experiência contemporânea.

OS ESTUDOS SOBRE A MEMÓRIA

Os estudos acerca da memória possuem uma dimensão transdisciplinar e remontam ao início do século XX, quando diferentes académicos se interessaram pelas intersecções entre cultura e memória, como Sigmund Freud, Henry Bergson, Arnold van Gennep, Émile Durkheim, Maurice Halbwachs, Aby Warburg e Walter Benjamin. A década de 1980 viu nascer um renovado interesse pela forma como indivíduos e sociedades acedem à memória e recordam. Surgem, assim, os “novos estudos culturais da memória” (*new cultural memory studies*), impulsionados pela obra *Lieux de Mémoire*, de Pierre Nora, a qual ofereceu uma nova forma de pensar os repertórios nacionais de construção da memória coletiva. As mudanças históricas e políticas ofereceram o pano de fundo para uma viragem nos estudos da memória. Quarenta anos após a II Guerra Mundial e o Holocausto, sem memórias orgânicas e autobiográficas para auxiliar o processo de memorialização, as sociedades tornaram-se mais dependentes dos media (incluindo os monumentos e os memoriais) para transmitir a experiência (Erll, 2008a, p. 1).

Maurice Halbwachs é o autor mais reconhecido e citado dentro dos estudos da memória. As obras *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (1925) e, sobretudo, *La Mémoire Collective* (1950) revolucionaram o nosso entendimento da memória ao salientar os contextos sociais que servem de base para a recordação. Inspirando-se no conceito de consciência coletiva de Durkheim e nos dois tipos de memória (habitual e pura) propostos por Henry Bergson, Halbwachs desafia as ideias prevaletentes da psicologia, sublinhando que a memória não pode ser considerada apenas em termos subjetivos e individuais, mas que se trata de um processo socialmente estruturado. Os indivíduos não apenas adquirem suas memórias na sociedade como também as relembram e reconhecem socialmente. “Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (Halbwachs, 2013, p. 72). Halbwachs sugere, assim, a existência de uma memória coletiva, partilhada entre os membros de uma sociedade, que existe externamente à consciência do indivíduo, mas que é parte integrante da vida social. Isto significa

que as sociedades podem inclusivamente produzir memórias de acontecimentos em indivíduos que nunca as experienciaram diretamente. Em outras palavras, a memória coletiva é uma via de acesso à consciência coletiva, e é encarada de modo muito durkheimiano (Misztal, 2003, p. 138), de forma semelhante a um facto social. Porém, enquanto Durkheim supõe uma sociedade unificada, Halbwachs dá conta da constituição múltipla e plural das memórias coletivas.

Enquanto Halbwachs propõe a memória coletiva como uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, Jan Assman está mais interessado em considerar as estruturas sociais e comunicativas que os grupos sociais usam para avaliar as representações sociais objetificadas em diversas formas simbólicas (arquitetura, escrita, imagem, objetos) as quais auxiliam o processo de memorialização. Assman (1995, p. 126) propõe, deste modo, o conceito de *memória comunicativa* para designar as variedades da memória coletiva que se baseiam exclusivamente nas comunicações quotidianas. Ele discrimina, assim, subvariantes anteriormente agrupadas sob a noção genérica de memória coletiva, dando conta das realizações orais que contribuem para constituir socialmente a memória. Segundo o autor, a comunicação cotidiana é caracterizada pela não-especialização, reciprocidade de papéis e instabilidade temática. Através destas interações mundanas, cada indivíduo compõe uma memória socialmente mediada e inserida num grupo social. Todavia, a partir do momento em que entramos no mundo da cultura objetificada (textos, edifícios, monumentos, estátuas etc.), afastamo-nos do conceito de memória comunicativa e temos diante de nós uma *memória cultural*.

Tal como a memória comunicativa se caracteriza pela proximidade ao quotidiano, a memória cultural é caracterizada pelo seu distanciamento do quotidiano. . . . Possui um ponto fixo: o seu horizonte não muda com o passar do tempo. Estes pontos fixos são fatídicos acontecimentos do passado cuja memória é prolongada através de formações culturais e (textos, ritos, monumentos) e comunicação institucional (recitação, prática, observância). (Assman, 1995, pp. 128-129)

Tal como Assman, Joël Candau (2011) decompõe o conceito de memória discriminando e detalhando os aspetos gerais constantes na noção de memória coletiva. Ele descreve três memórias: a protomemória, muito próxima ao *habitus* de Bourdieu, expressa uma memória social incorporada (por exemplo, nos gestos e nas práticas de linguagem), realizando-se automaticamente, “quase sem tomada de consciência” (Candau, 2011, p. 23); a memória propriamente dita, que se realiza por intermédio da evocação voluntária; e a metamemória, a forma de uma memória reivindicada que versa a construção identitária e lida com a

representação que fazemos das nossas próprias recordações. Para Candau, a protomemória e a memória situam-se ao nível das faculdades individuais e por isso não podem ser partilhadas. Para o antropólogo, apenas a metamemória pode ser partilhada, uma vez que assume um conjunto de representações da memória. É, pois, a metamemória que recobre o conceito de Halbwachs de memória coletiva e que pode ser objeto de uma estruturação social do passado. Deve-se, contudo, salientar que, para Halbwachs, a memória coletiva forma uma unidade mnemónica (simultaneamente individual e social) enquanto a protomemória de Candau se situa particularmente ao nível dos agenciamentos coletivos e de uma memória organizadora.

Como se constata, o conceito de memória em Ciências Sociais e Humanas é esguio e composto por muitas matizes, tal como as várias decomposições que sofreu comprovam. As dificuldades presentes nas propostas de Halbwachs, Assman e Candau em discernir aquilo que deve ser incluído (ou excluído) da memória coletiva demonstram também a enorme amplitude (conceptual e prática) da expressão. Tal atributo encontra-se igualmente refletido na importância da memória na cibercultura, como veremos de seguida.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS DOS MEDIA SOBRE A MEMÓRIA

O modo como atualmente os indivíduos e as sociedades recordam e se esquecem é, em grande medida, afetado por mudanças políticas, sociais, culturais, mas também tecnológicas. Com efeito, um dos fatores mais influentes na configuração da nossa memória coletiva são os modernos meios de comunicação de massas. A mediatização da memória (Hoskins, 2009) torna-se, assim, uma dimensão incontornável dos estudos da memória, suscitando um renovar do exame da natureza da memória, do lembrar e do esquecer no contexto das novas tecnologias. Na era dos media, a questão da memória deve ser avaliada de acordo com os media digitais e as práticas sociotécnicas, como a cibercultura.

A incorporação dos estudos mediáticos (*Media Studies*) nas teorias contemporâneas da memória leva Erlil (2008b, p. 4) a referir uma memória medial (*material or medial memory*) a qual versa o alargamento que a escrita, o filme, a televisão ou a internet provocaram no horizonte espacial e temporal da memorialização. Cada meio de comunicação possui as suas formas específicas de desenvolver o processo de recordação e de deixar os seus próprios traços na memória coletiva para a qual contribui. Em particular as dinâmicas intramediais, intermediais e plurimediais têm o poder de produzir e moldar a memória cultural (Erlil, 2008b, p. 390). Na prática, a memorialização é um processo trans-mediático: a representação dos acontecimentos não está circunscrita a um único meio,

mas extravasa-se através de um espectro alargado de meios. É isto, precisamente, que torna tão pertinente a ponderação dos media nos processos de memorialização: os media são agentes poderosos de memória (individual e coletiva). Eles não apenas assumem um papel decisivo na estabilização da memória de certos eventos, como também possuem um potencial de criação de memórias. Eles fornecem-nos determinados esquemas mentais que nos permitem recordar e, simultaneamente, providenciam uma plataforma de reprodução do sentido desses mesmos processos de memorialização. Eles disseminam memórias, mas, ao fazê-lo, dadas as suas particularidades sociotécnicas, (re)criam ou retraçam os percursos de sentido da memória, remodelando e dirigindo o próprio desenvolvimento desta.

Em particular, os meios digitais, ao permitirem a gravação, produção, edição e disseminação, abrem caminhos simultâneos – por vezes conflitantes – no processo de memorialização.

Com as novas tecnologias da comunicação e da informação, com o digital e os dispositivos pessoais de comunicação, a mediação tecnológica do ecrã e a reprodutibilidade da imagem (e do acontecimento) tornam-se modos de sensação e percepção – de sentir e ver o mundo –, de retenção e de memória. (I. Babo, 2018, pp. 89-90)

No século XXI, existem duas consequências principais na articulação da memória com os media (cf. Hoskins, 2009, pp. 28-30). Em primeiro lugar, os media confrontam as memórias com a sua exposição permanente. Fruto de uma cultura confessional exacerbada pela televisão de realidade, os media digitais intensificam a visibilidade do privado e do passado remoto dos indivíduos, tornando-os novos dispositivos de vigilância social. A relação com o esquecimento é agora mais complexa, já que este movimento de revelação parece apontar justamente para essa impossibilidade. Se tudo pode ser resgatado, a memória controla o esquecimento. Em segundo lugar, os novos media tornam a memória não apenas mais visível e acessível, como também mais fluida e dispersa. Em *La Mémoire Collective*, Halbwachs (1950, p. 50), ao referir-se a uma memória de grupo, salienta que ela não implica a presença física dos membros desse grupo social. Ora, é precisamente isso que observamos nos media digitais. A virtualidade e o diferimento espacial e temporal que surgem como a *remediação* (no sentido que Bolter e Grusin lhe conferem) demonstram novos modos de reproduzir e criar memórias. O conceito dispensa agora a copresença dos indivíduos, perdendo uma dimensão física e adquirindo uma natureza líquida (para parafrasear Bauman). As conexões horizontais tais como *peer-to-peer* permitidas pelos novos media tornam as memórias espaços des-territorializados, globais e difusos, para além de transformar a memorialização num processo imediato e prolixo.

Os media agilizam igualmente memórias que são partilhadas, mas que podem não ter sido diretamente experienciadas pelos indivíduos, dando origem a memórias protésicas, isto é, “memórias que não têm origem na experiência vivida [*lived experience*] de uma pessoa em sentido estrito”¹ (Landsberg, 1995, p. 175). Uma vez que os media e a cibercultura possuem uma enorme influência sobre aquilo que experienciamos, eles são arenas privilegiadas para a produção e circulação de memórias protésicas. Ao operacionalizarem o processo de memorialização, os meios de comunicação de massas reencenam e estimulam memórias que a maior parte dos indivíduos nunca experienciou diretamente (por exemplo, a alunagem da missão *Apollo 13* ou o entusiasmo esfuziante de um campeonato do mundo de futebol). As memórias são, assim, originadas nos media, e por isso estes funcionam, à boa maneira de McLuhan, como extensões ou próteses da memória. Partilhamos coletivamente memórias que nunca existiriam sem a interferência dos media. A nossa relação com o mundo e os acontecimentos tornou-se tão mediatizada que a experiência real (*real experience*) ou o tempo real (*real time*) estão inseparavelmente associados à cibercultura e às mediações sociotécnicas. Por outro lado, esta ubiquidade dos media torna difícil discernir a experiência diretamente vivida e a experiência vivida (através dos media). A memória protésica tende, assim, a substituir a própria memória experienciada.

¹No original: “memories which do not come from a person’s lived experiences”. Esta e demais traduções, do autor.

²Entendemos arquivo no sentido que M. A. Babo (2009) lhe dá: uma “forma que toma a prótese exterior da memória” (p. 50) em que a ordem temporal pode reverter-se em ordem topológica. No caso dos media digitais, estamos perante uma ordem atopológica (sem lugar físico), baseada em conexões em que a ubiquidade e a aceleração se tornam predominantes.

O facto de a internet operar como uma espécie de colossal arquivo² e uma gigantesca base de dados autoriza-nos a descrevê-la como exercitando uma memória transactiva, isto é, um sistema pelo qual os indivíduos coletivamente codificam, armazenam e recuperam conhecimento (Wegner & Ward, 2013). A internet é um arquivo no sentido de um dispositivo de armazenamento de informação, mas também da recuperação desta. E até interage com os indivíduos (por exemplo, dando-lhe os parabéns no dia do seu aniversário ou respondendo a comandos de voz). A internet parece saber tudo acerca de todos, e é dessa eficiência que empresas e indivíduos tiram vantagem para perseguirem os seus objetivos. Com o Google, a Wikipedia ou bases de dados como a IMDb, a informação é recuperada, usada e partilhada de maneira muitíssimo mais rápida do que se usássemos somente a nossa memória. A imediatez com que surge o resultado de uma pesquisa online esbate, de forma arrebatadora, as fronteiras entre as memórias pessoais e as memórias transactivas.

Na verdade, a internet funciona hoje como memória externa ou memória transactiva onde a informação é coletivamente depositada fora de nós mesmos (Sparrow et al., 2011), e é um dos melhores exemplos de especialização funcional e alocação de recursos. Ao dependermos cada vez mais do ciberespaço para realizar as nossas tarefas quotidianas, já não temos de recordar a informação; tudo que necessitamos é saber onde a encontrar e recuperar. Grande parte da

nossa memória coletiva advém destas memórias baseadas na internet e da nossa simbiose com os computadores e o ciberespaço. Movemo-nos, hoje, por entre sistemas interconectados e transactivos que transformaram a memória coletiva numa memória reticular e externa. Uma memória protésica, semelhante aos discos-rígidos, que nos oferece a vantagem de aceder a vastos mananciais de informação sem que isso implique possuir ou conhecer aprofundadamente essa informação (por exemplo, a internet ensina-nos percurso para o restaurante sem que tenhamos de conhecer a sua morada). Isto significa uma adaptação em relação ao nosso ambiente tecnológico, uma vez que tentar lembrar muitas informações específicas é menos eficiente do que lembrar como aceder a essas informações específicas.

Sparrow et al. (2011) concluíram, num estudo empírico, que os estudantes esperavam ter acesso futuro à informação (através da internet) e, por esse motivo, era menos provável que se lembrassem de informação específica, embora recordassem como encontrar essa informação. Num outro estudo empírico, Fisher et al. (2015) determinaram que pesquisar informação na internet aumentava a confiança do indivíduo no seu próprio conhecimento. Por outras palavras, inflacionava a estimativa do seu conhecimento interno – ainda que essa dilatação de confiança se devesse a uma memória extrínseca ao indivíduo.

Por outro lado, há que se considerar os efeitos da sobrecarga informacional na própria ideia de memória. O século XXI acentuou a emergência de uma nova ecologia, na qual a informação constitui um novo ambiente. Virilio (1996), por exemplo, menciona que vivemos numa espécie de acidente de Tchernóbil da informação. A ideia de catástrofe associada prende-se ao seu potencial poluidor. A infopoluição (Sutter, 1998) designa o conjunto de perturbações relacionadas com a qualidade dos dados e da informação. Faz uma analogia entre a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX) e a Revolução da Informação (século XX), em que a informação é equiparada à poluição ambiental gerada pela industrialização.

Em especial, a infopoluição refere o paradoxo de vivermos em sociedades de informação quantitativamente ricas, mas qualitativamente pobres, isto é, pouco enriquecedoras e que mais têm a ver com entretenimento do que com esclarecimento. Em contraste com a fraca substância informativa, temos conteúdos massificados que inundam os nossos dispositivos digitais e ocupam grande parte da nossa atenção, como anúncios de publicidade, spam ou *clickbait*s. Encontramo-los em diversos portais online, que nos apresentam conteúdos qualitativamente depauperados como: “Empate a zero – veja a reacção de Ronaldo” ou “A atriz Kristen Stewart diz que ‘usar vestido de noiva da princesa Diana foi assustador’”. Se colocamos a ênfase no aspeto qualitativo da informação, falamos em infopoluição. Em oposição, a noção de *obesidade informacional* aponta

para a dimensão quantitativa e destaca os problemas causados pelo excesso de informação, quer ao nível da sua produção, quer ao nível da sua acessibilidade.

A noção de memória não pode ser, pois, dissociada do excesso e da contaminação da informação, uma vez que estas terão repercussões diretas sobre aquilo que rememoramos (e aquilo que, por excesso, somos impossibilitados de recordar). Infopoluentes como a repetição exaustiva exatamente das mesmas peças noticiosas ou as mensagens instantâneas dos chats das redes sociais distorcem os processos de memorialização ao colonizarem o espaço cognitivo dos indivíduos e das sociedades. Com tanta informação disponível e com a aceleração abismal da atualidade, a memória tem de ser equacionada de acordo com os efeitos perversos do excesso (obesidade) e da pobreza qualitativa (poluição) da informação. Quanto mais sabemos, menos parecemos saber a respeito dos pormenores e detalhes que formam a rede densa da memória. As particularidades são engolidas pela voracidade da informação. A saturação que os media acentuam torna, então, o processo de memorialização cada vez mais rarefeito, visto que os indivíduos se veem afogados na tecnologização da memória que tornou isso possível à partida. Tal como a poluição deixa resíduos na atmosfera, este novo ecossistema da informação deixa resíduos inconvenientes na superfície da nossa memória social.

Considerem-se os efeitos imprevistos de duas práticas cada vez mais presentes no quotidiano: o *zapping* e o *browsing*, comportamentos surgidos no contexto desta nova ecologia da informação com os dispositivos tecnológicos de mediação simbólica como a televisão ou os meios digitais. Perante a imensidão de estímulos e o dilúvio de informação que os media trouxeram consigo, o *zapping* e o *browsing* firmam-se como estratégias cognitivas. Em vez de apreender o conteúdo por inteiro, os indivíduos acedem a uma parcela da informação fazendo *browsing* por sucessivos títulos, janelas, imagens, vídeos etc. Por outro lado, perante a incapacidade de lermos, consultarmos e analisarmos exaustiva e integralmente a informação atualmente produzida, nós, enquanto sociedade, desenvolvemos esta capacidade prodigiosa de fazer *zapping*. Este consiste em visionar apenas alguns minutos (ou mesmo segundos) de um programa de televisão, ler somente as capas dos jornais para se estar a par da atualidade ou ouvir trechos entrecortados de estações de rádio. Na internet, as redes sociais e o YouTube organizam-se em torno do *browsing* de uma massa indistinta e volumosa de conteúdos e, simultaneamente, de um *zapping* (o indivíduo pode visionar 5 minutos de cada vídeo de 60 minutos, por exemplo).

Tudo isto sublinha as consequências individuais e coletivas da mediatização da memória e de como as novas práticas sociotécnicas surgidas com o ciberespaço alteraram fundamentalmente a nossa relação coletiva com a

memória. Como explica I. Babo, nas interconexões das redes digitais vigoram a presença, o número e a aceleração; as coordenadas espáciotemporais da ação (e do acontecimento) esvaem-se e, desse modo, esbate-se a relação ao tempo e ao lugar. Nessa medida, a narração ou a *mise-en-intrigue* da ação não tem lugar na rede e, por aí, dissipa-se também o sentido da história (I. Babo, 2018, p. 79).

Nesse sentido, os media digitais tendem a ser hipertextuais aditivos (número de postagens e de novas informações impera em leitura não linear), em vez de narrativos³ (leitura linear e sucessiva).

A internet e a sua dimensão transactiva vieram apenas intensificar o primeiro passo, já tomado pelos meios de comunicação, para tornar as memórias dispositivos protésicos.

³No sentido tradicional de *mise-en-scène*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar, deixamos três linhas de reflexão futura sobre o lugar da memória nos media (logo, na sociedade em geral).

A primeira linha de reflexão diz respeito ao paradoxo da memória digital: quanto mais informação armazenamos no ciberespaço, de menos informação dispomos. Ao confiar, em absoluto, nos arquivos digitais e nos percursos transactivos da internet, acabamos por saber muitas coisas coletivamente, mas individualmente o risco é de diminuição do conhecimento. Sabemos como chegar à informação, e depositamo-la em dispositivos externos à nossa memória pessoal; porém, não a podemos recordar sem a intervenção tecnológica. “O advento da era da informação parece ter criado uma geração de pessoas que sentem saber mais do que nunca – quando, na verdade, a sua confiança na internet significa que sabem cada vez menos acerca do mundo que os rodeia”⁴ (Wegner & Ward, 2013). Com a internet, transcendemos o limite orgânico da nossa memória. E com esse limite surge este risco de uma amnésia, o qual exige novos modos de interagir com a informação. O ciberespaço pode, assim, paradoxalmente fazer com que, em simultâneo, a memória se expanda e se contraia, se fortaleça ou se enfraqueça. O ciberespaço pode incluir este risco de esquecimento, mas cabe a nós, enquanto sociedade, lidar e ultrapassar este paradoxo.

⁴No original: “The advent of the ‘information age’ seems to have created a generation of people who feel they know more than ever before – when their reliance on the internet means that they may know ever less about the world around them”.

A segunda linha de reflexão tem a ver com a aceleração da produção de memórias que os media digitais tornaram possível. Em redes partilhadas de conhecimento, em que a informação é instantânea, as memórias tornam-se céleres. Os acontecimentos sucedem-se, os discursos multiplicam-se e as memórias parecem estar constantemente em vias de reformulação ou atualização. A sensação, nos media digitais, é que existe apenas o agora e que o presente recupera o passado. Perante a imposição do presente, o perigo é de formarmos

apenas memórias de curta duração. A memória longa, histórica, antropológica precisa de tempo para se construir, desconstruir e reconstruir. Numa rede em que se acumulam informações, a memória pode tender a ser curta, sintagmática ou extemporânea, alinhada com as modas (o *trending* das redes sociais). Isso representa um desafio para as sociedades, que devem prever formas mediatizadas de produção de uma memória coletiva, longa, histórica e paradigmática.

Em terceiro lugar, e em jeito de síntese, caracterizamos a natureza da memória. Se tivéssemos de destacar a ideia central deste artigo seria a de que a memória é palimpséstica. Todas as decomposições aqui enumeradas apontam para essa natureza polifacetada, coletiva e partilhada em práticas sociotécnicas das sociedades mediatizadas. O desafio é, então, perceber se com a hiperindustrialização da memória (Stiegler, 2009) que os media representam as operações de memorialização se esvaziam ou se, pelo contrário, se enriquecem nas novas configurações a que são sujeitadas reiteradamente. A dispersão e a aceleração das memórias técnicas desmaterializadas tanto pode levar ao desenraizamento da experiência como à sua reconfiguração positiva e otimizada em novos quadros da memória coletiva.

As diversas abordagens teóricas e empíricas dos estudos da memória aqui referenciadas partilham da ideia de que ela é uma espécie de reescrita a múltiplas mãos. A internet veio, pois, exponenciar essa possibilidade geradora e regeneradora que a memória contém em si mesma. Defronte do perigo de diluição e esvaziamento memorial há que opor estratégias de criação de uma memória histórica e narrativa. Cabe às sociedades mediatizadas em que vivemos decidir qual dessas possibilidades se tornará predominante. ■

REFERÊNCIAS

- Assman, J. (1995). Collective memory and cultural identity. *New German Critique*, (65), 125-133. <https://doi.org/10.2307/488538>
- Babo, I. (2018). Média, tempo e memória. *Vista*, (2), 77-95. <https://doi.org/10.21814/vista.2995>
- Babo, M. A. (2009). Escrita, memória, arquivo. *Revista de Comunicação e Linguagens*, (40), 45-51.
- Candau, J. (2011). *Memória e identidade*. Contexto.
- Cavallaro, D. (2002). *Cyberpunk and cyberculture: Science fiction and the work of William Gibson*. The Athlone Press.
- Erl, A. (2008a). Cultural memory studies: An introduction. In A. Erl & A. Nünning (Eds.), *Cultural memory studies: An international and interdisciplinary handbook* (pp. 1-17). De Gruyter.

- Erlil, A. (2008b). Literature, film and the mediality of cultural memory. In A. Erlil & A. Nünning, *Cultural memory studies: An international and interdisciplinary handbook* (pp. 389-398). De Gruyter.
- Fisher, M., Goddu, M. K., & Keill, F. C. (2015). Searching for explanations: How the internet inflates estimates of internal knowledge. *Journal of Experimental Psychology*, 144(3), 674-687. <https://doi.org/10.1037/xge0000070>
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Zahar.
- Halbwachs, M. (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Librairie Félix Alcan.
- Halbwachs, M. (1950). *La mémoire collective*. Presses Universitaires de France.
- Halbwachs, M. (2013). *A memória coletiva*. Centauro.
- Hoskins, A. (2009). The mediatisation of memory. In J. G. Hansen, A. Hoskins & A. Reading (Eds.), *Save as... Digital memories* (pp. 27-43). Palgrave Macmillan.
- Landsberg, A. (1995). Prosthetic memory: Total Recall and Blade Runner. In M. Featherstone & R. Burrows (Eds.), *Cyberspace/cyberbodies/cyberpunk: Cultures of technological embodiment* (pp. 175-189). Sage.
- Lemos, A. (2002). *Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Sulina.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.
- Lévy, P. (2000). *A inteligência coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço*. Loyola.
- Misztal, B. (2003). Durkheim on collective memory. *Journal of Classical Sociology*, 3(2), 123-143. <https://doi.org/10.1177/1468795X030032002>
- Sparrow, B., Liu, J., & Wegner, D. M. (2011). Google effects on memory: Cognitive consequences of having information at our fingertips. *Science*, 333(6043), 776-778. <https://doi.org/10.1126/science.1207745>
- Stiegler, B. (2009). Anamnese e hipomnese. *Revista de Comunicação e Linguagens*, (40), 11-26.
- Sutter, E. (1998). Pour une écologie de l'information. *Documentaliste - Sciences de l'Information*, 35(2), 83-86.
- Virilio, P. (1996). *Velocidade e política*. Estação Liberdade.
- Wegner, D. M., & Ward, A. F. (2013, 1º de dezembro). The internet has become the external hard drive for our memories. *Scientific American*. <https://bit.ly/3bgTMKh>

Artigo recebido em 12 de novembro de 2021 e aprovado em 9 de junho de 2022.

